

Projeto de Curso de Extensão

Título:

As Garantias Constitucionais do Processo em Tempos de Pandemia: *Direitos Fundamentais Processuais e Direitos Processuais Fundamentais diante dos Desafios do Estado de Emergência e do Processo Judicial*

Instrutor(es), com minicurrículo(s) e contato(s):

Sergio Torres Teixeira

Desembargador do TRT6, doutor em direito (UFPE,2004), professor da FDR/UFPE, UNICAP e UNIT. Diretor da ESMATRA. Membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho.

Celular e WhatsApp: (81) 99148-1890

Endereço Eletrônico: sergiotteixeira@uol.com.br

Convidados Especiais:

- **Nelson Nery Jr.** (Doutor em Direito, Professor da PUC/SP, Advogado)
- **Ivo Dantas** (Doutor em Direito, Professor Titular da FDR/UFPE, Advogado)
- **Marcelo Navarro** (Doutor em Direito, Professor da UFRN, Ministro do STJ)
- **Luiz Alberto Gurgel** (Doutor em Direito, Professor da UFRN, Ministro do STJ)
- **Claudio Brandão** (Doutor em Direito, Professor da UFBA, Ministro do TST)
- **Augusto César de Carvalho** (Doutor em Direito, Professor da UDF, Ministro do TST)
- **Fredie Didier Jr.** (Doutor em Direito, Professor da UFBA, Advogado)
- **Carlos Henrique Bezerra Leite** (Doutor em Direito, Professor da UFES, Desembargador aposentado, Advogado)
- **Daniel Mitidiero** (Doutor em Direito, Professor da UFRGS, Advogado)
- **Paula Sarno Braga** (Doutora em Direito, Professora da UFBA e Advogada)
- **Cássio Scarpinella Bueno** (Doutor em Direito, Professor da PUC/SP, Advogado)

- **Noêmia Porto** (Doutora em Direito, Professora da UnB, Presidnete da ANAMATRA, Juíza do Trabalho)
- **Dierle Nunes** (Doutor em Direito, Professor da PUC-Minas, Advogado)
- **Volia Bomfim** (Doutora em Direito, Professora da Universidade Anhanguera, desembargadora (aposentada) do TRT1)
- **Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho** (Doutor em Direito, Professor da FGV/SP, Advogado)
- **Beclaute Oliveira** (Doutor em Direito, Professor da UFAL, Advogado)
- **Leonardo Cunha** (Doutor em Direito, Professor da UFPE, Advogado)
- **Alexandre Pimentel** (Doutor em Direito, Professor da UNICAP, Juiz de Direito)
- **Rodolfo Pamplona** (Doutor em Direito, Professor da UFBA e da Faculdade Baiana, Juiz do Trabalho)
- **Ricardo Paes Barreto** (Doutor em Direito, Professor da ESMAPE, desembargador do TJPE)
- **Bento Herculano Duarte Neto** (Doutor em Direito, Professor da UFRN, desembargador do TRT21)
- **Carolina Tupinambá** (Doutora em Direito, Professora da UERJ, Advogada)
- **Guilherme Guimarães Feliciano** (Doutor em Direito, Professor da USP, Juiz do Trabalho)
- **Luciana Conforti** (Doutora em Direito, Professora da ESMATRA, Juíza do Trabalho)
- **Bruno Freire** (Doutor em Direito, Professor da UERJ, Advogado)
- **Ney Maranhão** (Doutor em Direito, Professor da UFPA, Juiz do Trabalho)
- **Roberta Correa de Araújo** (Doutora em Direito, Professora da FOCCA, Juíza do Trabalho)
- **Matheus Pereira** (Doutor em Direito, Professor da UNICAP, Advogado)
- **Platon Teixeira de Azevedo Neto** (Doutor em Direito, Professor da UFG, Juiz do Trabalho)
- **Rodrigo Araújo** (Doutor em Direito, Professor da Faculdade DAMAS, Juiz Federal)
- **Flávio Luiz da Costa** (Doutor em Direito, Professor da UFAL, Juiz do Trabalho)
- **Roberto Campos Gouveia** (Doutor em Direito, Professor da UNICAP, Advogado)
- **Wellington Saraiva** (Mestre em Direito, Procurador da República)
- **Evie Malafaia** (Doutoranda na PUC/SP, Professora da Faculdade Baiana, Advogada)
- **Lorena de Mello Rezende Colnago** (Doutorando na USP, Professora da ESA/SP, Juíza do Trabalho)
- **Juliane Facol** (Doutoranda na USP, Professora da Faculdade Baiana, Advogada)
- **Ronnie Duarte** (Mestre em Direito, Ex-Presidente da OAB/PE, Advogado)
- **Matheus Rezende** (Mestre em Direito, Professor de Escolas Judiciais, Juiz do Trabalho)
- **Danilo Gonçalves Gaspar** (Mestre em Direito, Professor da Faculdade Baiana, Juiz do Trabalho)

- **Bruno Batista** (Mestre em Direito, Presidente da OAB/PE, Advogado)
- **Felipe Bernardes** (Professor de Escolas Judiciais, Juiz do Trabalho)
- **Misael Montenegro** (Professor de Escolas Judiciais, Advogado)
- **Raphael Miziara** (Professor de Escolas Judiciais, Advogado)

Ementa:

Constituição e Processo. Estado de Emergência, Pandemia e Direitos Fundamentais. Devido Processo Legal. Inafastabilidade do Controle Jurisdicional. Juiz Natural. Isonomia Processual. Contraditório. Ampla Defesa. Licitude das Provas. Publicidade dos Atos Processuais. Fundamentação Adequada das Decisões. Respeito à Coisa Julgada. Gratuidade da Justiça e Assistência Judiciária. Razoável Duração do Processo e Tutela Efetiva. Procedimentos Alternativos de Emergência de Garantias Constitucionais do Processo.

Conteúdo Programático:

Aula 01: Contextualização: Constituição, Processo, Estado de Emergência, Pandemia e Direitos Fundamentais.

Aula 02: Dimensões Devido Processo Legal: *Rule of Law*, *Due Process of Law* & *Law of the Land*. Devido Processo Legal Processual (Formal) e Devido Processo Legal Substantivo (Material).

Aula 03: Acesso à Justiça e suas Múltiplas Dimensões: Inafastabilidade do Controle Jurisdicional e o Modelo Multiportas de Judiciário.

Aula 04: Imparcialidade versus Neutralidade: Juiz Natural, Paridade de Armas e Igualdade Processual.

Aula 05: Ética de Embate: Contraditório e Ampla Defesa no Processo Contencioso.

Aula 06: Liciedade e Procedimento Probatório: Licitude das Provas e Admissibilidade de Provas em Juízo.

Aula 07: Transparência Processual: Publicidade dos Atos Processuais e Fundamentação Adequada das Decisões.

Aula 08: Segurança Jurídica e Admissão m Juízo: Respeito à Coisa Julgada, Gratuidade da Justiça e Assistência Judiciária.

Aula 09: Efetividade do Processo e Primazia da Solução de Mérito: Razoável Duração do Processo e Tutela Efetiva.

Aula 10: Procedimentos Alternativos de Emergência de Garantias Constitucionais do Processo

- Dois Seminário (Webinars) de Debates Jurídicos

- Atividade Avaliativa - Aula Interativa de Q&A (Perguntas e Respostas) e Registro Reflexivo

Justificativa:

Diante do complexo quadro social afetado pela pandemia do COVID-19, ensejando não apenas mortes mas gerando um estado emergencial de calamidade naturalmente tendente a restringir direitos fundamentais, o estudo crítico das garantias constitucionais do processo se torna absolutamente imprescindível ao profissional do direito e aos acadêmicos. O presente curso de extensão se destina a proporcionar ao público interessado um mergulho profundo nas bases de sustentação do modelo processual brasileiro contemporâneo, dissecando as garantias tipificadas na Carta Política de 1988 como direitos fundamentais do cidadão aptos a resguardar o exercício de faculdades dentro do processo judicial, de modo a promover um exame crítico acerca da efetividade das respectivas normas fundamentais em um sistema processual desafiado pelo cenário sem precedentes impostos pelo coronavírus sobre a sociedade e seus instrumentos basilares como o processo judicial, avaliando como o Judiciário está encarando essa missão de exercer a jurisdição, à luz das diretrizes constitucionais, por meio de protocolos e procedimentos moldados pelo período pandêmico. A consciência, compreensão e domínio dos elementos que formam o atual processo disruptivo pelo qual passa a atividade judicial é essencial à própria sobrevivência profissional dos seus operadores (juízes, servidores, advogados, membros do ministério público, defensores públicos, etc.), em uma era na qual os avanços tecnológicos se apresentam como uma parte inevitável de um novo cenário do Judiciário no século XXI.

Objetivos:

Objetivo Geral: Conhecer e Compreender os Direitos Fundamentais Processuais e a Imprescindibilidade de Adequação da Atuação dos Sujeitos dentro o Processo Judicial aos Moldes Estabelecidos pelo Legislador Constitucional.

Objetivos Específicos:

- 1) Capacitar os participantes a identificar e promover, segundo as normas fundamentais da Constituição da República, as práticas indispensáveis ao resguardo das faculdades processuais asseguradas aos litigantes, de modo a permitir o fluxo natural das demandas judiciais e prevenir nulidades processuais.
- 2) Desenvolver as técnicas e habilidades exigidas para o correto manuseio dos instrumentos processuais dentro dos novos procedimentos estabelecidos para atender às necessidades do Judiciário em prosseguir na sua missão

constitucional mesmo diante das dificuldades provocadas pelo período de pandemia.

Competências:

Em razão da participação de magistrados e diante das diretrizes da ENAMAT nº 24, de 17 de dezembro de 2019, o presente curso possibilitará aos participantes a aquisição, aplicação prática e o desenvolvimento das seguintes competências:

1. No Eixo **Ética**, no Subeixo **Justiça**, será desenvolvida a competência de atuação com conhecimento sobre os grandes dilemas éticos e políticos da contemporaneidade, nas dimensões de identificação das dimensões de acesso a justiça, na identificação e manuseio de fórmulas de equilíbrio entre os direitos fundamentais processuais quando estes entrarem em colisão em virtude das complexidades causadas pela pandemia do COVID-19 sobre o processo judicial.
2. No Eixo **Direito e Sociedade**, nos Subeixos **Accountability** e **Tecnologia**, será proporcionada pelo curso o exercício das competências de examinar o escrutínio público das decisões judiciais e o conhecimento dos impactos das novas tecnologias na jurisdição, considerando a compreensão das agendas de interesse público que refletem na atuação judicial em tempos de crise e a compreensão do uso adequado de ferramentas tecnológicas como as relacionadas à condução de audiências telepresenciais em período de distanciamento social.
3. No Eixo **Resolução de Conflitos**, nos Subeixos **Instrução Processual** e **Racionalidade Decisória**, será promovido pelo curso o desenvolvimento das competências de dirigir com instrumentalidade a instrução probatória diante de um contraditório amplo e assegurar a efetividade dos direitos fundamentais e da justiça social, considerando a relevância das garantias constitucionais do processo relacionados à ampla defesa e ao contraditório na produção probatória da fase cognitiva e da abordagem a ser concretizada durante o decorrer do curso quanto ao dever do magistrado consagrado no artigo 8º do Código de Processo Civil, envolvendo o resguardo e a promoção da dignidade da pessoa humana na aplicação do ordenamento jurídico, à luz dos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, legalidade, publicidade e eficiência.

Metodologia e Recursos (Materiais, Humanos e/ou Tecnológicos):

Aulas Expositivas Remotas, ministradas por meio do Google Meet, com exposição de slides de powerpoint, e um Seminário na forma de Webinar, igualmente promovido por meio da ferramenta do Google Meet.

Carga Horária:

Carga Horária Total de 30 h/a (trinta horas/aula), sendo fracionada da seguinte forma:

- dez aulas de 02 h/a (duas horas/aula) cada;
- dois seminários na forma de webinar, totalizando 08 h/a (oito horas/aula);
- uma atividade interativa de avaliação, correspondente a 02 h/a (duas horas/aula).

(De acordo com o art. 1º da Resolução ENAMAT nº 15, de 30 de setembro de 2014, os magistrados poderão aproveitar 08 h/a deste curso junto ao TRT que é vinculado para fins de cômputo da carga horária semestral de atividades acadêmicas ou culturais).

Datas e Horários:

As dez aulas expositivas e a atividade interativa serão realizadas durante um período de cinco semanas, entre os dias 03 de junho e 07 de julho, nos dias de segunda-feira, terça-feira e quarta-feira, no horário das 16:30 às 18:30 horas.

Os dois Webinars serão realizados nos dias 22 de junho e 06 de julho, no horário das 17:00 às 21:00 horas.

A atividade avaliativa está programada para o dia 08 de julho, no horário das 17:00 às 19:00 horas.

Programação prevista (sujeita a alteração):

- 03 de junho (quarta-feira) – 1ª Aula
- 08 de junho (segunda-feira) – 2ª Aula
- 09 de junho (terça-feira) – 3ª Aula
- 10 de junho (quarta-feira) – 4ª Aula
- 15 de junho (segunda-feira) – 5ª Aula
- 16 de junho (terça-feira) – 6ª Aula
- 17 de junho (quarta-feira) – 7ª Aula –

- 22 de junho (segunda-feira) – 1º Webinar
- 29 de junho (segunda-feira) – 8ª Aula
- 30 de junho (terça-feira) – 9ª Aula
- 01 de julho (quarta-feira) – 10ª Aula
- 06 de julho (segunda-feira) – 2º Webinar
- 07 de julho (terça-feira) – data reservada para eventual reposição
- 08 de julho (quarta-feira) – Aula Interativa de Q&A (Perguntas e Respostas) e Atividade Avaliativa (Registro Reflexivo)

Público-Alvo e Números Mínimo de Alunos:

O público-alvo é formado por profissionais do direito (juízes, membros do ministério público, advogados, defensores públicos, procuradores e servidores), pós-graduandos em direito e acadêmicos de cursos de graduação em direito.

Mínimo de 50 (alunos) alunos pagantes para formar uma turma.

Processo de Avaliação:

A atividade avaliativa (registro reflexivo) será por meio de um texto a ser apresentado por cada aluno, a ser examinado pelo instrutor, e será complementada por uma atividade interativa de Q&A (perguntas e respostas) a partir de questionamentos feitos pelos próprios alunos ao instrutor.

Requisitos para Obtenção do Certificado:

Frequência mínima de 75% das atividades acadêmicas (aulas e Webinars) e aprovação do texto da atividade avaliativa reflexiva, após exame pelo instrutor.

Referências (Doutrinárias, Legislativas e/ou Jurisprudenciais) para Estudo Complementar:

DANTAS, Ivo. **Constituição & Processo**. Curitiba: Juruá Editora.

GRINOVER, Ada Pelegrini. **O Processo em Evolução**. Rio de Janeiro: Forense.

MACIEL, Adhemar Ferreira. O Devido Processo Legal e a Constituição Brasileira de 1988. **Revista de Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NERY JR., Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

ROSAS, Roberto. **Direito Processual Constitucional – Princípios Constitucionais de Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Anotações sobre o Princípio do Devido Processo Legal. **Revista de Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Recife, 20 de maio de 2020



Sergio Torres Teixeira
Professor da ESMATRA

sergiotteixeira@uol.com.br, sergiotorres@esmatra6.org e (81) 99148-1890